

RESENHA

THE CAPITAL ORDER: HOW ECONOMISTS INVENTED AUSTERITY AND PAVED THE WAY TO FASCISM

Mattei, Clara E. Chicago: University of Chicago Press, 2022, 452 p.

Recebido em 14/02/2023
Aprovado em 04/07/2023

The Capital Order: How Economists Invented Austerity and Paved the Way to Fascism é livro escrito por Clara E. Mattei e publicado em 2022. A autora, professora na *New School for Social Research* nos Estados Unidos, elabora obra muito pertinente para compreender a lógica da austeridade e sua emblemática relação histórica com o fascismo.

Um dos eixos centrais apresenta a austeridade como ferramenta vital à manutenção do sistema capitalista, ferramenta particularmente útil nos momentos de crise, a qual, para a autora, não deve ser tomada apenas por crise econômica, mas crise de legitimidade do capitalismo. Quando os elementos basilares das relações sociais capitalistas de produção são desafiados, a austeridade é invocada de modo a restaurar a ordem do capital. A austeridade, como conhecemos atualmente, é oriunda dos desdobramentos da Primeira Guerra mundial. A eficácia econômica propagada por estas políticas de fato possibilitou a estabilidade da economia capitalista, às custas, porém, da classe trabalhadora. Neste sentido, as políticas austeras foram tão amplamente difundidas que é difícil diferenciá-las de quaisquer políticas econômicas tradicionais de nosso tempo. Os cortes de orçamento, por exemplo, já são pressupostos de toda “boa” política econômica.

As políticas austeras, para Mattei, são vistas como uma trindade, quer dizer, como o conjunto de políticas fiscais (tais como a diminuição dos gastos sociais e tributação regressiva), monetárias (juros elevados e

BRUNO TOSCHI

Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade de São Paulo (ESALQ – USP) e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-SP).

Email: bruno.toschi1@gmail.com

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2643-0992>

diminuição da oferta de crédito) e industriais (políticas que estabelecem a manutenção do desemprego) que respondem ao mesmo objetivo: preservar as relações econômicas de natureza capitalista. O único caminho à humanidade é apresentado sob o lema de “poupar mais e trabalhar mais”. Para além da moralidade do “trabalho duro” e da “frugalidade” figurada na gramática austera, Mattei mostra amplamente como, sob a égide dos tecnocratas do Estado, a austeridade se tornou projeto com vistas a reduzir o poder de decisão dos cidadãos que há muito clamavam por democracia econômica. Ao longo do livro, se demonstra como tais medidas são antidemocráticas, ameaçando aqueles que anseiam por mudanças sociais.

Para a austeridade vigorar, deve haver consenso no que diz respeito às políticas para estabilização da economia, sendo respaldada cientificamente pela teoria econômica a “dor” decorrente. Mas também, quando o consenso científico não é suficiente, entra em cena a coerção. Aponta-se a função da tecnocracia nas decisões do rumo das políticas econômicas, bem como a inevitabilidade de um banco central independente, de domínio técnico, condição *sine qua non* para o controle da inflação. Há, por conseguinte, um claro vínculo entre a ciência econômica tradicional, com suas verdades inquestionáveis, e a política tecnocrática. A autora entende que esse pensamento objetiva “domesticar” o comportamento humano em prol da continuidade da acumulação de capital.

Do ponto de vista histórico, o período após a Primeira Guerra mundial na Europa instigou o imaginário social em prol de uma nova sociedade. Para breçar esses impulsos, as forças conservadoras empregaram todo o arsenal da agenda austera estabelecida pela ciência econômica, a fim de preservar os pilares da sociedade capitalista. A ciência econômica tradicional teve papel crucial em justificar as relações de produção num momento de crise de legitimidade do capitalismo e em manter o *status quo* da sociedade.

A Itália e a Grã-Bretanha exemplificam as experiências históricas analisadas no contexto do pós-guerra com a intenção de provar como a austeridade ensejou a continuidade do processo de acumulação de capital

em momentos de tensões entre as classes sociais. Na Grã-Bretanha, as políticas austeras desaqueceram a economia, disciplinando os trabalhadores através do aumento do desemprego. Na Itália, fenômeno similar é relatado, mas numa violência que foi além da política econômica com a chegada do regime fascista.

Eis o contexto geral da discussão travada na obra. O livro se estrutura em duas partes. A primeira se chama “guerra e crise” e conta quatro capítulos, contemplando os desdobramentos da Primeira Guerra mundial, ressaltando o desmonte do capitalismo *laissez-faire* e o protagonismo que o Estado passa a assumir. Neste sentido, no capítulo 1, discorre-se sobre os acontecimentos que viabilizaram a remodelação das relações sociais através da politização das leis que regem o capitalismo, com a guerra suprimindo as leis impessoais do mercado e a possibilidade de construção de outra organização social.

Tanto a Grã-Bretanha quanto a Itália experimentaram maior participação do Estado e ambas tiveram maiores demandas por parte da classe trabalhadora. No capítulo 2, atenção especial é dada aos clamores por reformas que ameaçavam ainda mais a legitimidade do capital. De todo modo, muitas lutas foram travadas nos dois países, a exemplo, a par das guildas, da batalha dos mineiros britânicos pela nacionalização e da batalha das cooperativas na Itália (capítulo 3). As reformas do período propiciaram maior democracia econômica, principalmente as medidas industriais que alteraram parcialmente a produção industrial capitalista em direção de produção mais socializada.

No caso britânico, as guildas se apresentavam como alternativa à produção capitalista tradicional, pois não visavam a acumulação e rejeitavam a tradicional divisão do trabalho. Os mineiros, por sua vez, almejavam maior controle operário das minas de carvão. Na Itália, as produções não capitalistas avançavam por meio das cooperativas. Em face disso, um novo pensamento, detalhado no capítulo 4, começa a se destacar e, embora os britânicos optassem por um caminho reformista, os italianos, inflamados

pela Revolução Russa de 1917, queriam a transformação radical do país. No entanto, a revolução não vingou e a reação não tardou em responder violentamente com a ascensão do governo fascista de Mussolini em 1922.

A segunda parte do livro se chama “o significado da austeridade” e dispõe de seis capítulos. Iniciada no capítulo 5, expõe o movimento que levou a austeridade a dominar a política econômica. As conferências internacionais realizadas na época lograram êxito em estabelecer uma “ciência da austeridade”, assegurando a vitalidade da acumulação de capital e a disciplina dos trabalhadores. A austeridade pode ser vista em três modalidades que irão se retroalimentar mutuamente: a fiscal, a monetária e a industrial. A classe trabalhadora é domesticada e não apresenta mais perigos à ordem do capital. Dessa maneira, a economia é despolitizada, ou seja, economia e política se tornam dois campos distintos, com o mercado se transformando num ente impessoal e autônomo; as instituições, por seu turno, são desenhadas para funcionarem separadas do poder político, como os bancos centrais independentes. Caberia, portanto, a um comitê técnico, no que se refere ao banco central, decidir da melhor política para a sociedade; afinal, a técnica é apolítica. Eis um dos pontos basilares defendidos durante toda a obra: a política “tecnoneutra” é antidemocrática, pois retira o poder de escolha da população.

Assim a austeridade naturaliza as relações capitalistas de produção, nega a ação política dos trabalhadores e separa a economia da política. Ao proceder dessa forma, a austeridade pode ser entendida como engrenagem para defender a sobrevivência do capitalismo. Tal processo é relatado segundo as particularidades históricas da Grã-Bretanha e da Itália no capítulo 6 e 7, respectivamente. No caso da Itália, considerando a iminência da revolução, a contrarrevolução austera foi ainda mais intensa na medida em que combinou a política econômica liberal com a violência política e social do fascismo. No capítulo 8, acompanhamos como o fascismo foi respaldado internacionalmente pelo apoio britânico. A questão da dependência econômica da Itália dificultava a estabilidade monetária do país, ao mesmo tempo

que fomentava o germe da revolução por toda a Europa. Por esta razão, a mão financeira britânica ajudou a espantar o espectro da revolução, com a subida ao poder de Mussolini.

Empírico, o capítulo 9 corrobora por meio de estatísticas as teses desenvolvidas anteriormente. Um dos achados interessantes é a menor participação do salário na renda nacional a par do maior lucro. Ao longo do capítulo, se detalham os resultados da austeridade na Grã-Bretanha e na Itália sob o comando do *Duce*. Em ambos os países, a autora anota a estagnação do salário e o crescimento do desemprego. No fim das contas, a política austera, autoritária e liberal foi capaz de alcançar a almejada estabilidade, às custas da classe operária, que teve seus ganhos massacrados e aniquiladas suas esperanças de construção de uma nova sociedade.

O capítulo 10, enfim, delinea o sentido geral da austeridade. Nem irracionalidade, nem política de pouca eficácia, trata-se de medida para a sobrevivência do capital. O livro de Mattei chega em um momento muito oportuno para repensarmos a historicidade das políticas econômicas. A autora, aportando atualíssimas reflexões, desafia a neutralidade da teoria tradicional e evidencia como na verdade as políticas representam interesses de classes.